

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais
Curso de Ciências Contábeis – PUC Minas Virtual
4º Período
Gestão de Custos II

Fernanda Alves Moreira Dias

**EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO MERCADO DE AÇÕES
BRASILEIRO E A ADERÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS E
DO CPC**

Belo Horizonte
30 setembro 2013

Fernanda Alves Moreira Dias

**EMPRESAS DE CAPITAL ABERTO DO MERCADO DE AÇÕES
BRASILEIRO E A ADERÊNCIA ÀS NORMAS INTERNACIONAIS E
DO CPC**

Relatório apresentado à
disciplina Gestão de Custos II,
do 4º Período do Curso de
Ciências Contábeis do Instituto
de Ciências Econômicas e
Gerenciais da PUC Minas BH.

Professora: Luciano Carlos
Lauria

Belo Horizonte
30 setembro 2013

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	3
2 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ...	4
3 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS	5
3.1 Alpargatas S.A	6
3.2 Vulcabras/Azaléia S.A	7
4 COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC	8
4.1 CPC 16 - Estoques	8
4.2 CPC 27 - Ativo Imobilizado	10
4.3 CPC 30 - Receitas	12
5. ANÁLISE DAS EMPRESAS	13
5.1 Alpargatas S.A	13
5.2 Vulcabrás/Azaléia S.A	14
6 CONCLUSÃO	15
REFERÊNCIAS	16
ANEXOS	17

1 INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho está relacionado à uma análise comparativa das demonstrações contábeis do exercício de 2012 em conformidade com as normas internacionais e o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Será analisado aqui as demonstrações das empresas: Alpargatas S.A e Vulcabras/Azaléia S.A. Ambas pertencentes ao segmento de Vestuário, Calçados e Acessórios, conforme informações do site da BM&FBOVESPA.

Primeiramente será feito uma análise comparativa das receitas, custos e despesas entre os anos 2011 e 2012, para cada uma das duas empresas. Será utilizado as técnicas de análise vertical e horizontal nesta etapa, com o objetivo de verificar a evolução no período 2011/2012 e a geração do lucro operacional. Finalizando, será efetuado um comparativo entre as empresas a fim de identificar qual apresentou melhor evolução e lucratividade.

A pesquisa teórica terá os pronunciamentos técnicos do CPC 16 (Estoques), CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 30 (Receitas) como referência, verificando o cumprimento destas normas na evidenciação das informações nas notas explicativas das duas empresas selecionadas.

2 A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os usuários das informações contábeis podem ser divididos em usuários internos e externos. São eles: as pessoas físicas, jurídicas, órgãos governamentais e demais entidades, que utilizam a Contabilidade para obter informações, saber a situação da empresa e buscam nos instrumentos contábeis estas respostas.

As transações ocorridas nas entidades geram reflexos patrimoniais, financeiros e econômicos que são demonstrados através de relatórios, com base em normas e princípios contábeis. Desta forma, o efeito das novas transações, permite a ocorrência de mutações na situação patrimonial, financeira e econômica das companhias, que necessitam ser analisadas com o objetivo de auxiliar no diagnóstico presente das entidades e nas tomadas de decisões futuras.

O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica. (ESTRUTURA CONCEITUAL CPC 00, 2008, p.7)

Diante disso percebe-se a necessidade da informação contábil ser revestida de qualidade sendo objetiva, clara e concisa.

O objetivo da análise das demonstrações contábeis como instrumento de gerência consiste em proporcionar aos administradores da empresa uma melhor visão das tendências dos negócios, com a finalidade de assegurar que os recursos sejam obtidos e aplicados, efetiva e eficientemente, na realização das metas da organização. A atividade administrativa deve ser desenvolvida em conexão com as informações contábeis, com vistas aos aspectos de planejamento, execução, apuração e análise do desempenho. (BRAGA, 1999, p.166)

3 CARACTERIZAÇÃO DAS EMPRESAS

Empresa de capital aberto é aquela que tem seus títulos negociados nas bolsas de valores, sendo reconhecida pela sigla S.A - Sociedade Anônima. Quando estes títulos começam a ser negociados na bolsa de valores significa que investidores estão com acesso à esta empresa, podendo comprar e vender suas ações livremente no mercado de capitais.

3.1 Alpargatas S.A

A história começa em 3 de abril de 1907 com a produção das Alpargatas Roda e do Encerado Locomotiva, na fábrica da Mooca, em São Paulo.

As alpargatas mostram-se perfeitas para as lavouras de café e o sucesso dos produtos impulsionam os negócios da empresa, que aproveita para colocar suas ações na Bolsa de Valores de São Paulo.

A crise econômica provocada pela superprodução de café e pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York na década de 1920 faz cessar a produção das Alpargatas Roda, um dos calçados mais acessíveis e populares do País.

Em 1940 a empresa adota outro nome: São Paulo Alpargatas S.A. A Alpargatas passa a conceder a seus empregados o abono de Natal e a beneficiá-los com os domingos e os feriados não trabalhados; anos antes de esses benefícios serem obrigatórios por lei. Em meio à Segunda Guerra Mundial, a Alpargatas lança o Brim Coringa, com o qual o Brasil produz sua primeira calça jeans, a Rodeio.

Com o lançamento do tênis Conga e do modelo Bamba Basquete, a Alpargatas inaugura uma nova era de calçados no Brasil.

Em 1961, surge a marca Sete Léguas com a produção e comercialização da bota de borracha Sete Léguas Trator. Um produto consagrado, presente no dia a dia dos trabalhadores da agricultura, agropecuária e construção civil.

No ano seguinte, em 1962, as sandálias Havaianas são lançadas e fazem tanto sucesso que todo o mundo copia. Mas são cópias "fajutas", alertam os comerciais da marca. O novo termo, de tão falado, vai parar no dicionário Aurélio como sinônimo de produto de má qualidade. As sandálias cativam milhões de fãs.

O Kichute é lançado em 1970. A empresa inaugura fábricas de Norte a Sul do País e entra de sola em um segmento promissor: o de artigos esportivos com o lançamento da marca Topper e a compra da Rainha em 1979. O Brasil vive a época chamada de "Milagre Econômico" e desperta a atenção do mundo.

Em 1990 a Alpargatas relança aquilo que viria a ser um dos maiores cases de marketing no mundo: Havaianas. As sandálias de borracha que revolucionaram o planeta batem recorde: 100 milhões de pares vendidos.

A companhia licencia as renomadas marcas Timberland e Mizuno. A primeira, especializada em esportes de aventura, inaugura o mercado de outdoor wear (vestuários para esportes ao ar livre) no Brasil. A segunda, com alta tecnologia de amortecimento e componentes, é desenvolvida especialmente para aumentar o desempenho de atletas e de adeptos do atletismo.

Em 2012 a Alpargatas tem sua estratégia de crescimento focada na gestão de marcas que são um ativo de natureza competitiva e estratégica, pois asseguram participação de

mercado, estimulam o consumo e influenciam a capacidade de vender determinado bem por certo preço.

3.2 Vulcabras/Azaléia S.A

A Vulcabras/Azaléia possui 9 fábricas e uma equipe com mais de 25 mil funcionários, que produzem mais de 100 mil pares de calçados por dia, tanto para os brasileiros como para o mundo todo. Porque, além dos produtos estarem em 20 mil pontos de venda no Brasil, eles estão na vitrine de outros 3 mil pontos espalhados por 30 países.

A equipe de vendas da Vulcabras/Azaléia é uma das maiores do Brasil, com 300 vendedores que contam com um apoio de peso: hoje, o grupo é um dos principais expositores nas 2 maiores feiras de calçados da América Latina, a Couromoda e a Francal.

No seu portfólio a empresa tem marcas líderes e conhecidas nacionalmente: Olympikus, Azaleia, Dijean, Reebok e Botas Vulcabras. E ainda conta com o maior centro de tecnologia do continente, localizado em Parobé (RS). Nele, a empresa realiza importantes investimentos para o desenvolvimento de produtos e engenharia de processos. São 1,5 mil colaboradores dedicados exclusivamente ao desenvolvimento de calçados inovadores, conferindo à empresa capacidade para competir globalmente.

4 Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

O CPC foi criado pela Lei 11.638/77 com a finalidade de introduzir e alterar as regras contábeis, estabelecendo uma padronização na linguagem contábil do Brasil com as normas internacionais.

Segundo o Ministério da Fazenda (2011) a entidade autônoma criada pela Resolução CFC (Conselho Federal de Contabilidade) nº 1.055/05. O CPC tem como objetivo estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (IFRS).

Neste trabalho os pronunciamentos técnicos do CPC 16 (Estoques), CPC 27 (Ativo Imobilizado) e CPC 30 (Receitas) serão utilizados como referência.

4.1 CPC 16 - Estoques

Este Pronunciamento orienta sobre os métodos de atribuição dos custos nos estoques e também sobre o reconhecimento das despesas e receitas no estoque.

O Pronunciamento exige que os estoques devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. Neles se incluem todos os custos de aquisição, de transformação e outros incorridos para trazer os estoques à sua condição e localização atuais. Por isso, devem compreender o preço de compra, os impostos de importação e outros tributos (que não sejam aqueles posteriormente recuperáveis pela

empresa), custos de transporte, seguro, manuseio e outros diretamente atribuíveis à aquisição de produtos acabados, materiais e serviços. Descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes devem ser deduzidos do preço na determinação do custo de aquisição. (SUMÁRIO 3, CPC 16)

Segundo ele, os estoques são os ativos mantidos para venda, no curso normal das atividades da empresa, ou em processo de produção para venda, ou na forma de materiais ou suprimentos a serem transformados no processo produtivo.

Os custos de transformação incluem: mão-de-obra direta, custos fixos diretos e indiretos e custos variáveis. Os custos fixos são custos que não variam em relação à produção. Os custos fixos diretos estão relacionados aos custos que podem ser diretamente atribuídos ao custo do bem acabado, por exemplo, a mão-de-obra direta. Custos fixos indiretos estão relacionados a custos que a atribuição a cada unidade produzida, depende de critérios de rateio. É o caso da energia elétrica da fábrica, por exemplo. Os custos variáveis são os custos que variam em função da quantidade produzida.

A alocação dos custos fixos indiretos é feita baseada na capacidade normal de produção. Quando ocorrem, devem ser reconhecidos diretamente como despesa, no período incorrido.

Em caso de compra de estoque parcelada, a parte do custo referente aos juros deve ser reconhecida como despesa nos períodos correspondentes à ocorrência.

O CPC 16 reconhece apenas os métodos PEPS - Primeiro que entra, primeiro que sai - e MPM - Média ponderada móvel - como critérios de valoração dos estoques, sendo os estoques de natureza e uso semelhantes mensurados pelo mesmo método de custo. O reconhecimento da despesa ocorre no momento da venda, CMV - Custo da Mercadoria Vendida.

4.2 CPC 27 - Ativo Imobilizado

Ativo imobilizado pode ser definido como os ativos físicos em poder da empresa, ou dos quais a empresa assume os riscos e também os benefícios, cuja liquidez não é corrente. Ou seja, eles têm valor financeiro, mas sua conversão em dinheiro depende da venda para um terceiro ou mediante negociação.

Ativos imobilizados são itens tangíveis utilizáveis por mais do que um ano e que sejam detidos para uso na produção ou fornecimento de mercadorias ou serviços, para aluguel ou para fins administrativos. (SUMÁRIO 4, CPC 27)

O preço de aquisição do ativo imobilizado deve ser o preço a vista. Eventuais juros devem ser reconhecidos como despesas de juros, durante o período incorrido. Ao longo da vida do bem em poder da empresa, a Depreciação e o *Impairment* passarão a compor o valor desse bem.

Quando uma empresa se propõe a adquirir ativos de longa duração, está fazendo uma opção de imobilização de recursos com sua expectativa de obtenção de benefícios futuros por meio da utilização desse ativo, na sua atividade operacional. Assim, o preço pago deve refletir os fluxos de caixa futuros que a empresa espera obter por possuir esse ativo. Fatores externos, como mudanças no cenário econômico mundial e globalização, por exemplo, contribuem para a modificação das premissas utilizadas pelas empresas na elaboração de seus orçamentos e consequentemente também das expectativas de geração de benefícios futuros.

Para a realização do teste de recuperabilidade o pronunciamento esclarece algumas terminologias e definições de dados necessários à efetivação dos cálculos. Conforme o item 6, CPC 01:

Unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos.

Ativos corporativos são ativos, exceto ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), que contribuem, mesmo que indiretamente, para os fluxos de caixa futuros tanto da unidade geradora de caixa sob revisão quanto de outras unidades geradoras de caixa.

Despesas de venda ou de baixa são despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda ou à baixa de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa, excluindo as despesas financeiras e de impostos sobre o resultado gerado.

Valor depreciável, amortizável e exaurível é o custo de um ativo, ou outra base que substitua o custo nas demonstrações contábeis, menos seu valor residual.

Depreciação, amortização e exaustão é a alocação sistemática do valor depreciável, amortizável e exaurível de ativos durante sua vida útil.

Valor justo líquido de despesa de venda é o montante a ser obtido pela venda de um ativo ou de unidade geradora de caixa em transações em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, menos as despesas estimadas de venda.

Perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.

Valor recuperável de um ativo ou de unidade geradora de caixa é o maior montante entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso.

Valor em uso é o valor presente de fluxos de caixa futuros esperados que devem advir de um ativo ou de unidade geradora de caixa.

Se houver e for admitida por lei a reavaliação, deverá ser alocada diretamente contra o PL, isso se o valor aferido for superior ao valor contábil anterior. Caso o valor seja inferior, ou seja, o bem tenha perdido valor, deverá ser debitado diretamente numa conta de resultado, transitando pela apuração de resultados. Mas caso exista na contabilidade da empresa a conta reserva de reavaliação, e possuir saldo, deverá então ser alocado contra reserva de reavaliação.

No que se refere à Depreciação, O CPC 27 permite agrupar ativos que tenham o mesmo fluxo de caixa para que seja feito apenas um cálculo. Terrenos e edifícios devem ser tratados separadamente.

4.3 CPC 30 - Receitas

Receita pode ser definida como aumentos nos benefícios econômicos durante um período contábil, sob a forma de entrada de recursos ou aumentos de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido.

A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados.

Receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários. (CPC 30)

Para fins de divulgação do resultado, a receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela entidade, originados de suas próprias atividades. Segundo o CPC 30:

A entidade deve divulgar:

- (a) as políticas contábeis adotadas para o reconhecimento das receitas, incluindo os métodos adotados para determinar o estágio de execução (*stage of completion*) das transações que envolvam a prestação de serviço;
- (b) o montante de cada categoria significativa de receita reconhecida durante o período, incluindo as receitas provenientes de:
 - (i) venda de bens;
 - (ii) prestação de serviços;
 - (iii) juros;
 - (iv) royalties;
 - (v) dividendos;
- (c) o montante de receitas provenientes de troca de bens ou serviços incluídos em cada categoria significativa de receita; e
- (d) a conciliação entre a receita divulgada na demonstração do resultado e a registrada para fins tributáveis, conforme itens 8A e 8B.

5. ANÁLISE DAS EMPRESAS

Conforme citado anteriormente será feito uma análise comparativa das receitas, custos e despesas entre os anos 2011 e 2012, para cada uma das duas empresas, utilizando as técnicas de análise vertical e horizontal, com o objetivo de verificar a evolução no período 2011/2012 e a geração do lucro operacional. Finalizando, será efetuado um comparativo entre as empresas a fim de identificar qual apresentou melhor evolução e lucratividade.

5.1 Alpargatas S.A

Efetuando-se uma resumida análise, vertical e horizontal, da DRE dos exercícios 2011 e 2012:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2012			2011		
	VA	AV	AH	VA	AV	AH
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	3.006.982	100%	117%	2.574.700	100%	100%
CPV	-1.734.176	58%	122%	-1.420.772	55%	100%
Despesas Operacionais	-981.047	33%	116%	-842.113	33%	100%
Lucro Operacional antes Result. Financeiro	291.759	10%	94%	311.815	12%	100%

Na análise horizontal, comparativa 2011/2012, percebe-se um aumento das receitas e também dos custos dos produtos vendidos e das despesas operacionais, afetando o lucro. O aumento nas receitas deve-se a um volume maior de vendas no Brasil e no exterior aliado à uma política eficaz na administração da política comercial e na gestão de vendas.

O aumento no custo dos produtos e das receitas operacionais deu-se devido ao custo mais elevado das matérias-primas, dos produtos importados e da mão de obra direta.

Na análise vertical percebe-se um aumento de 3 pontos percentuais de 2011 para 2012, na representatividade da conta CPV perante a receita líquida apresentada.

5.2 Vulcabrás/Azaléia S.A

A análise da Vulcabrás/Azaléia:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2012			2011		
	VA	AV	AH	VA	AV	AH
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.778.100	100%	95%	1.864.100	100%	100%
CPV	-1.144.500	64%	87%	-1.319.900	71%	100%
Despesas Operacionais	-419.600	24%	91%	-461.500	25%	100%
Lucro Operacional antes Result. Financeiro	214.000	12%	259%	82.700	4%	100%

Percebe-se uma redução na receita líquida, juntamente com o custo dos produtos e as despesas operacionais. O impacto no lucro é de crescimento, mesmo com redução na receita líquida.

Os resultados foram consequência da revisão das estratégias e dos processos operacionais com reestruturações gerenciais no sentido de recuperação da rentabilidade, lucratividade e crescimento.

Na análise vertical temos uma redução na representatividade das contas CPV e despesas operacionais perante a receita líquida da companhia. Isto ocorreu devido a redução das despesas com Royalties e Propaganda e com fretes e comissões.

6 CONCLUSÃO

O cenário econômico no segundo semestre/2012 foi citado pelas duas companhias como um dos motivos da queda dos lucros, junto com o aumento dos produtos importados.

Novas estratégias e planos fazem parte das medidas de recuperação de resultados das companhias analisadas. Na Vulcabrás/Azaléia tem-se um melhor resultado, devido a políticas realizadas anteriormente visando um resultado de longo prazo, colhido agora.

As perspectivas apresentadas pelas companhias são positivas. São empresas com nomes consolidados no mercado de calçados brasileiro e diante da história de cada uma, aliado a uma política eficiente na redução de custos e aumento de vendas, se mostram boas alternativas de investimento no mercado.

REFERÊNCIAS

_____. Disponível em:
<http://www.alpargatas.com.br/#/conheca-empresa>. Acesso em 23 de setembro de 2013.

_____. Disponível em:
<<http://www.vulcabras.com.br/institucional>>. Acesso em 23 de setembro de 2013.

BRAGA, Hugo Rocha, ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. Mudança das contábeis na lei societária, São Paulo: Atlas, 2008. p. 11-3; 138-9.

COMITE DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Disponível em:
<<http://www.cpc.org.br>>. Acesso em: 23 de setembro de 2013.

FAZENDA, Ministério da, CPC (2011). Disponível em:
<http://www.receita.fazenda.gov.br/Contabilidade/cpc.htm>. Acesso em 23 de setembro 2013.

ANEXOS

DRE Alpargatas S.A

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011					
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)					
	Nota explicativa	Controladora (BRGAAP)		Consolidado (BRGAAP e IFRS)	
		2012	2011	2012	2011
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida	26	2.258.278	1.891.127	3.006.982	2.574.700
Custo dos produtos vendidos	27	(1.255.245)	(986.637)	(1.734.176)	(1.420.772)
LUCRO BRUTO		1.003.033	904.490	1.272.806	1.153.928
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	27	(542.146)	(492.721)	(745.952)	(663.238)
Despesas gerais e administrativas	27	(117.140)	(112.169)	(139.424)	(132.027)
Honorários dos administradores	21	(9.925)	(10.134)	(12.314)	(12.167)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(23.269)	11.345	(42.864)	(5.657)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(42.482)	(22.516)	(40.493)	(29.024)
		(734.962)	(626.195)	(981.047)	(842.113)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		268.071	278.295	291.759	311.815
Receitas financeiras	30	56.866	77.283	61.768	80.830
Despesas financeiras	30	(17.158)	(25.630)	(55.067)	(51.214)
Variação cambial, líquida	31	3.587	(923)	1.393	(567)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		311.366	329.025	299.853	340.864
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.b)	(23.123)	(23.009)	(26.821)	(32.136)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.b)	(8.260)	1.404	7.504	339
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		279.983	307.420	280.536	309.067
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL A					
Acionistas controladores		279.983	307.420	279.983	307.420
Acionistas não controladores		-	-	553	1.647
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico por ação ON - R\$	36	0,7247	0,7948	0,7247	0,7948
Diluído por ação ON - R\$	36	0,7247	0,7948	0,7247	0,7948
Básico por ação PN - R\$	36	0,7977	0,8750	0,7977	0,8750
Diluído por ação PN - R\$	36	0,7808	0,8567	0,7808	0,8567

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DRE Vulcabras/Azaléia

Demonstração dos Resultados	R\$ Milhões				Δ%	R\$ Milhões				Δ%
	4T12	%	4T11	%		2012	%	2011	%	
Receita operacional bruta	390,0	100,0%	480,4	100,0%	-18,8%	1.778,1	100,0%	1.864,1	100,0%	-4,6%
Vendas Mercado Interno	311,0	79,7%	397,9	82,8%	-21,9%	1.359,2	76,4%	1.490,6	80,0%	-8,8%
Vendas Mercado Externo	79,0	20,3%	82,5	17,2%	-4,2%	418,8	23,6%	373,5	20,0%	12,1%
Deduções da Receita Bruta	(63,4)	-16,3%	(82,4)	-17,2%	-23,1%	(295,0)	-16,6%	(334,9)	-18,0%	-11,9%
Receita operacional líquida	326,6	100,0%	398,0	100,0%	-17,9%	1.483,1	100,0%	1.529,2	100,0%	-3,0%
Custo dos produtos vendidos	(267,3)	-81,8%	(391,8)	-98,4%	-31,8%	(1.144,5)	-77,2%	(1.319,9)	-86,3%	-13,3%
Lucro bruto	59,3		6,3		847,0%	338,7		209,3		61,8%
Margem Bruta	18,2%		1,6%			22,8%		13,7%		
Despesas operacionais	(95,2)	-29,1%	(132,8)	-33,4%	-28,4%	(419,6)	-28,3%	(461,5)	-30,2%	-9,1%
Vendas	(65,7)	-20,1%	(103,4)	-26,0%	-36,4%	(306,0)	-20,6%	(349,4)	-22,9%	-12,4%
Administrativas	(29,4)	-9,0%	(29,4)	-7,4%	0,0%	(113,6)	-7,7%	(112,1)	-7,3%	1,4%
Resultado Operacional	(35,8)		(126,6)		-71,7%	(81,0)		(252,2)		-67,9%
Margem Operacional	-11,0%		-31,8%		-65,5%	-5,5%		-16,5%		-66,9%
Outras Desp./Rec. Operacionais	(2,0)	-0,6%	(1,9)	-0,5%	5,9%	(23,5)	-1,6%	12,9	0,8%	-282,0%
Resultado Operacional antes das Financeiras (EBIT)	(37,8)		(128,4)		-70,6%	(104,5)		(239,3)		-56,3%
Margem Ebit	-11,6%		-32,3%		-64,1%	-7,0%		-15,6%		-55,0%
Resultado Financeiro	(30,1)	-9,2%	(42,7)	-10,7%	-29,6%	(141,6)	-9,5%	(109,8)	-7,2%	29,0%
Lucro antes CSLL/IRPJ	(67,9)	-20,8%	(171,2)	-43,0%	-60,3%	(246,1)	-16,6%	(349,0)	-22,8%	-29,5%
Imp. de Renda e Contr. Social										
Corrente	(7,6)	-2,3%	1,9	0,5%	-493,9%	(61,9)	-4,2%	33,0	2,2%	-287,2%
Diferido	(6,3)	-1,9%	(0,8)	-0,2%	693,5%	(1,8)	-0,1%	(1,5)	-0,1%	22,2%
	(1,3)	-0,4%	2,7	0,7%	-149,3%	(60,1)	-4,1%	34,5	2,3%	-274,2%
Resultado Líquido	(75,5)		(169,2)		-55,4%	(308,0)		(316,0)		-2,5%
Margem Líquida	-23,1%		-42,5%		19,4 p.p.	-20,8%		-20,7%		-0,1 p.p.